



A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE EM VITÓRIA DA CONQUISTA-BA (2000-2010)

Vanessa Cristina Meneses Fernandes⁴³
(UESB)

Cláudio Pinto Nunes⁴⁴
(UESB)

RESUMO

O presente texto tem por objetivo apresentar alguns resultados parciais referentes à pesquisa que se encontra em desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado). PPGED\UESB. A pesquisa é intitulada: A precarização do trabalho docente no município de Vitória da Conquista-BA (2000\2010). Deste modo, compreendemos por precarização do trabalho o conjunto de mudanças e reorganizações que atingem as relações de trabalho e intensificam as condições de exploração dos trabalhadores com redução de direitos sociais. A precarização do trabalho é um fenômeno mundial que afeta os trabalhadores de diferentes categorias profissionais, inclusive os professores, apresenta-se como tendência atual no modo de produção capitalista. As reformas neoliberais ocorridas no Estado Brasileiro na década de 1990, também contribuíram com este processo. Em Vitória da Conquista, esta tendência pode ser observada através de vários elementos que caracterizam a precarização do trabalho: contratos de trabalho temporários e instáveis, intensificação do trabalho, o rebaixamento salarial e a desregulamentação de direitos trabalhistas já adquiridos. Deste modo, é que estão sendo apresentados aqui resultados parciais da pesquisa, que através das evidências analisadas, indica que em Vitória da Conquista os professores da rede municipal de ensino enfrentam a precarização do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Precarização do Trabalho, Trabalho Docente, Políticas Educacionais.

⁴³ * Graduação em História, Pós-Graduação *lato sensu* (Especialização) em Educação, Cultura e Memória, Pós-Graduação *stricto sensu* (Mestrado em curso) em Educação. Professora substituta da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. nessacmf11@hotmail.com.

⁴⁴ **Graduação em Pedagogia, Doutor em Educação, Professor Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. claudionunesba@hotmail.com.



INTRODUÇÃO

Abordamos aqui parte dos resultados obtidos com a pesquisa que tem por objeto o processo acerca da pesquisa que trata do processo de precarização das condições de trabalho vivenciado pelos professores da rede municipal pública de ensino de Vitória da Conquista no período de 2000 a 2010, momento em que o município passa por mudanças nas políticas educacionais.

A precarização do trabalho para Antunes (2002) apresenta-se como fenômeno tendencial no Brasil e que repercute em diferentes categorias de trabalhadores em todo o mundo, inclusive os professores. Este movimento está associado ao nível atual do capitalismo, que vem promovendo mudanças que afetam as condições de trabalho enfrentadas por profissionais de diferentes categorias. A presente pesquisa investiga de que maneira essas mudanças ocorridas no mundo do trabalho também afetam os professores do município de Vitória da Conquista.

Para isto, realizamos a pesquisa através da análise de documentos produzidos pela Secretaria Municipal de Educação (SMED), tais como: propostas educacionais, boletins e legislação; documentos do Sindicato do Magistério Municipal Público (SIMMP), a exemplo as atas de reuniões, panfletos, material de propaganda e mobilização, pautas de reivindicações. Estão sendo realizadas ainda entrevistas com professores da rede municipal de ensino, representantes sindicais e da SMED.

A precarização do trabalho apresenta-se como uma das consequências resultantes da crise econômica enfrentada pelo capitalismo na segunda metade do século XX. O mercado de trabalho passa por um processo de reestruturação, com o aumento da competitividade a qualquer custo social, ataques aos sindicatos e um crescimento do contingente de trabalhadores com contratos precários de trabalho, o que tem impactado negativamente nas pressões que os trabalhadores com contratos instáveis sofrem para aceitarem o rebaixamento das suas condições de trabalho e proteção social, nos marcos do Padrão de Acumulação Flexível (HARVEY, 1992).

Uma tendência que vem se intensificando desde meados da década de 1970, a precarização do trabalho, é um fenômeno mundial, que se apresenta como um conjunto



de mudanças que afetam trabalhadores de diferentes categorias, dentre elas os professores.

No Brasil, a reestruturação produtiva e a ofensiva neoliberal ganham vigor entre os anos de 1980 e 1990, expandindo-se para além das fábricas, avançando por vários setores da economia, inclusive os serviços, sinalizando a tendência de precarização e contribuindo com o aumento do desemprego estrutural (ANTUNES, 2006). Deste modo, a chamada precarização das condições de trabalho, como já afirmamos, atinge também os trabalhadores da educação em Vitória da Conquista. Esse fenômeno se associa às políticas mais gerais, ou seja, não pode ser entendido isoladamente, mas, como parte de um processo histórico bem mais amplo.

No campo educacional, este processo tem relação direta com as reformas do Estado, iniciadas no Brasil na década de 1990. Além disso, as políticas públicas para a educação têm contribuído consideravelmente com a piora das condições de trabalho dos docentes. A respeito desta questão, Oliveira (2004) já apontava que:

As reformas educacionais iniciadas na última década no Brasil e nos demais países da América Latina têm trazido mudanças significativas para os trabalhadores docentes. São reformas que atuam não só no nível da escola, mas em todo o sistema, repercutindo em mudanças profundas na natureza do trabalho escolar. (OLIVEIRA, 2004, p.1).

Para entendermos o contexto em que as políticas públicas municipais foram implementadas, bem como sua relação com as políticas públicas nacionais, de modo a analisar como o contexto político nacional interfere nestas políticas locais, é preciso considerar qual o papel que o Estado assume neste contexto político. Estas políticas são um reflexo das reformas que o Estado sofreu a partir da década de 1990. Trata-se de uma política de descentralização e reforma do Estado implementadas na década de 1990. Para Peroni a descentralização foi um marco da redemocratização:

a constituição de 1988 foi um marco no processo de descentralização (...) a Carta assegura a autonomia do município e, inclusive, detalha alguns princípios que asseguram essa autonomia, como: a elaboração da Lei Orgânica, a eletividade do prefeito, do vice – prefeito e dos



vereadores, a instituição, arrecadação e aplicação de tributos, o direito do município legislar sobre assuntos locais e organizar o serviço público local, entre outros. Ao mesmo tempo, a Constituição reserva uma lista de competências exclusivas da União. (PERONI, 2003, p.69,70.)

No campo educacional este processo tem relação direta com as reformas do Estado, iniciadas no Brasil na década de 1990. Além disso, as políticas públicas para a educação têm contribuído consideravelmente com a piora das condições de trabalho dos docentes. Assim,

As reformas educacionais iniciadas na última década no Brasil e nos demais países da América Latina têm trazido mudanças significativas para os trabalhadores docentes. São reformas que atuam não só no nível da escola, mas em todo o sistema, repercutindo em mudanças profundas na natureza do trabalho escolar (OLIVEIRA, 2004, p.1).

O Brasil enfrenta grandes desigualdades sociais, assim como outros países da América Latina, e para responder às demandas que emergem, busca assegurar oportunidades às camadas populares, antes excluídas do acesso à educação, através de políticas públicas, promovendo então, uma grande expansão do sistema de ensino. Ao mesmo tempo em que se pretende ampliar o ingresso na educação, busca-se controlar os gastos com o setor. Para tanto, foram criados mecanismos como as políticas de descentralização administrativa e financeira, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), determinando os limites a serem gastos e fazendo com que as escolas busquem alternativas para a complementação dos recursos do caixa escolar, através de parcerias e do apoio da comunidade que é incentivada a participar por meio do voluntariado (OLIVEIRA, 2004).

Uma das maiores consequências da expansão do ensino sem investimentos adequados é a intensificação do trabalho dos professores, transferindo a estes responsabilidades referentes aos programas desenvolvidos pela escola e ao desempenho dos alunos. Os professores ainda desenvolvem atividades que não são atribuições da sua formação, o que reforça o sentimento de desvalorização profissional (idem, 2004).



As mudanças pelas quais o Estado Brasileiro vem passando nas últimas décadas, bem como a trajetória das políticas públicas educacionais, vão refletir nas condições de trabalho enfrentadas pelos professores do ensino básico.

Em Vitória da Conquista, entre os professores, é possível observar a ocorrência destas mudanças, que se traduzem na desvalorização dos profissionais do magistério, sucateamento das escolas, o rebaixamento salarial, verificado através da concessão de reajustes, na média, inferiores à inflação, levando a uma considerável redução do poder de compra dos salários dos professores.

A intensificação do trabalho pode ser percebida no aumento do número de alunos por sala de aula com o conseqüente aumento da quantidade de avaliações para corrigir, ampliação da jornada de trabalho, através da implantação de propostas pedagógicas que exigem maior período de tempo do professor em sala de aula, como os ciclos, instabilidade devida aos contratos de trabalho temporários, que podem ser rescindidos a qualquer momento. Os elementos acima contribuem ainda para o enfraquecimento da organização sindical na categoria docente, uma vez que embora possam sindicalizar-se, aos professores contratados por tempo determinado não são assegurados os direitos garantidos da categoria, visto que o contrato pode ser rescindido a qualquer momento, deixando o contratado vulnerável.

O predomínio deste tipo de contratação precária, em detrimento da abertura de vagas via concursos públicos, contribui para a existência de um ambiente de instabilidade entre estes docentes frente ao poder público municipal. Os direitos destes contratados não são assegurados pelo estatuto do SIMMP.

Para atender aos objetivos propostos, estamos analisando os documentos e discussões gerados pelo sindicato e pela SMED; os documentos escritos pelo SIMMP, sobretudo durante as mobilizações grevistas, momento onde as contradições são evidenciadas; além disso, estamos trabalhando também com entrevistas com professores da rede, além dos gestores ligados à SMED.

Em documento emitido pelo SIMMP em 22 de fevereiro de 2002 o mesmo aponta que o salário dos professores do município é o menor da Bahia. Contudo, estamos



confrontando dados para confirmar se este quadro permanece durante todo o período pesquisado.

No ano de 2005, o SIMMP em publicação denuncia que houve um corte de 10% de incentivo dos professores que atuavam nos Ciclos, além das difíceis condições de trabalho enfrentadas pelos professores, há um aumento na exigência e responsabilidade destes profissionais, visto que, é necessário um acompanhamento individualizado do aluno.

A ameaça do corte do incentivo de 10%, além das péssimas condições de trabalho e falta de material didático, deixam os profissionais da educação indignados com as deficiências existentes e a falta de compromisso da Secretaria de Educação que tem agido de forma arbitrária, descaracterizando os objetivos da educação. O trabalho dos professores do Ciclo e de progressão é árduo, pois exige maior dedicação e responsabilidade em dobro por se tratar de alunos que exigem tratamento especial. (SIMMP 2005)

Entre as insatisfações mais recorrentes denunciadas pelo sindicato, observavam-se: baixos salários, além de cortes de direitos trabalhistas já adquiridos, salas de aula com excessivo número de alunos, carga horária de trabalho estafante, visto que, devido à baixa remuneração, os professores frequentemente trabalhavam em diferentes escolas, além dos contratos de trabalho temporários (SIMMP, 2007). Isto evidencia que embora não seja a única pauta de reivindicação, a questão salarial é importante, visto que interfere nas condições de trabalho, quando, por exemplo, o professor vê-se impelido pela possibilidade de trabalhar em diferentes escolas para melhorar a renda.

Esta realidade é recorrentemente denunciada pelo sindicato da categoria, em panfleto de campanha salarial de 2007 observa-se em um dos pontos em destaque: “corta gratificação de 20%, adquirida desde 1986, de professores da zona rural” e 10% das classes de alfabetização.

No mesmo ano, o SIMMP denuncia o corte de gratificação de 20% adquiridos desde 1986, para os professores que lecionam na zona rural, além do corte de 10% de gratificação dos professores da alfabetização, também adquirido no mesmo ano, o sindicato denuncia ainda que os índices de reajuste salarial são muito baixos,



comparados com o restante do Estado. Estamos fazendo um comparativo percentual dos índices, com dados oficiais para ratificar as informações transmitidas pelo sindicato.

É importante registrar que embora a questão salarial seja importante, trata-se apenas de um dos elementos presentes no que caracterizamos como precarização do trabalho. Contudo, mostra-se relevante, não apenas por ser a principal pauta de reivindicação docente, mas porque os baixos salários criam as condições para que os professores trabalhem em diferentes escolas, nas redes municipal, estadual ou privada, como forma de complementar a renda, ampliando o quadro de precarização docente.

Com relação à situação de instabilidade no emprego, o sindicato através de carta aberta à comunidade, informou acerca da campanha sindical do ano de 2004 e da participação dos docentes na sessão da Câmara de Vereadores. Com o objetivo de que os docentes se unissem para recomendar a reprovação do Projeto de Lei nº 20/2003, que tem como proposta ampliar o período dos contratos temporários de dois para cinco anos. De acordo com representante do sindicato, esta proposta sugere que o governo não tem intenção de realizar concurso público para a ocupação das vagas de emprego. “Quem quer realizar concurso não propõe ampliação de prazo de contratos” (SIMMP, 24 de março de 2004), afirma o sindicalista.

Deste modo, a pesquisa, ainda em processo, começa a demonstrar que os elementos que caracterizam a precarização do trabalho são perceptíveis na rede municipal de ensino de Vitória da Conquista. Neste sentido, o sindicato tem contribuído com a pesquisa, visto que seus documentos registram as principais reivindicações dos docentes. Embora as condições de trabalho apareçam nas pautas reivindicatórias, há uma ênfase na questão salarial. Além dos salários serem considerados baixos e sofrerem frequentemente reajustes inferiores à inflação, muitos dos direitos trabalhistas já adquiridos são retirados pelo poder público, o que estimula o sindicato a dedicar boa parte de sua atenção a estas questões que se relacionam com a precarização do trabalho, objeto de estudo que gerou o presente texto.



REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2002.
- CIRILO, Pauliane Romano. **As políticas de valorização docente no estado de Minas Gerais**. 2012. 154 - UFMG/FaE, 2012. Dissertação - (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Minas Gerais, 2012.
- FREITAS, Nildo. **Professores municipais deflagram greve**. In: Jornal 07 de junho de 2010. Disponível em: <<http://www.nildofreitas.com.br>>. Acesso em 10 de outubro de 2013.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- LEITE, Maria Iza de Amorim. **Avaliação e financiamento de políticas públicas em educação**: Estudo do FUNDEF na rede municipal de ensino de Vitória da Conquista. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2008.
- MÉSZÁROS, István. Desemprego e precariedade: Um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo (org). **Riqueza e miséria no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. Pp.27-44.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade. Política educacional nos anos 1990: educação básica e empregabilidade. In: DOURADO, Luiz Fernandes; PARO, Vitor Henrique. (org). **Políticas públicas e educação básica**. São Paulo: Xamã, 2001. Pp. 105-122.
- _____. Política educacional e a reestruturação do trabalho docente: Reflexões sobre o contexto latino – americano. In: **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 28, nº 99, agosto de 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 05 de abril de 2013.
- _____. ROSAR, Maria de Fátima Félix. **Política e gestão da educação**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2002.
- _____. Regulação das políticas educacionais na América Latina e suas conseqüências para os trabalhadores docentes. In: **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 26, nº 92, p. 753-775, outubro de 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 10 de junho de 2013.
- _____. Reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. In: **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 25, nº 89, p. 1127-1144, dezembro de 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 05 de abril de 2013.
- PERONI, Vera. **Política educacional e papel do Estado**: No Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2003.
- Sindicato do Magistério Municipal Público/SIMMP. **Carta aberta aos pais e alunos da rede municipal de ensino de Vitória da Conquista(cartá)**. 11 de Agosto de 2003.
- _____. **Professores municipais fazem assembleia nesta quinta-feira**, (cartá): 24 de março de 2004
- _____. Descaso a educação pública municipal. **(Panfleto):2005**.
- _____. **O SIMMP esclarece a comunidade: Por que a rede municipal de ensino está em greve**. (Panfleto) 2002.
- _____. O SIMMP esclarece a comunidade: **Por que a rede municipal de ensino está em greve. (Panfleto) 2007**.